

Brasília, 14 de agosto de 2024.

ATA DE REUNIÃO FCS

Local: **Sede da Frente Parlamentar de Comércio e Serviços - FCS**

SHIS QL 10, Conjunto 08, Casa 06, Lago Sul, Brasília – DF

Presente o Presidente da FCS:

- Deputado Domingos Sávio (PL/MG).

Parlamentares

1. Sen. Sérgio Petecão (PSD/AC)
2. Dep. Luís Carlos Gomes (REPUBLICANOS/RJ)
3. Dep. Júlio Lopes (PP/RJ)
4. Dep. Osseio Silva (REPUBLICANOS/ PE)
6. Sen. Jaime Bagattoli (PL/RO)
7. Dep. Rafael Pezenti (MDB/SC)
8. Dep. Thiago Flores (REPUBLICADOS/RO)
9. Dep. Fernando Máximo (UNIÃO/RO)
10. Dep. Rodolfo Nogueira (PL/MS)
11. Dep. Luiz Gastão (PSD/CE)

Entidades

1. João Galassi – Presidente UNECS/ABRAS
2. João Carlos - Presidente GS1
3. Paulo Crapina - GS1
4. Júlio João - Diretor ANAMACO
5. David Alimandro - ABRAS
6. Halim José - AFRAC
7. Adriano Marrocos - Conselho Federal de Contabilidade (CFC)
8. Pedro Di Martino - GS1
9. Amanda Vieira - ABRAS
10. Valéria Magalhães - ABRAS
11. Carlos Rezende - CACB
12. Ana Paula - ABAD
13. Ricardo de Oliveira - ABRAVIDRO
14. Rafael G. A. Ribeiro - ABRAVIDRO
15. Iara Lima Bentes Saad - ABRAVIDRO
16. Genesio A. Junior - Política Real
17. Mauricio Pinho de Santana - Papo de Mídia

Ao abrir a reunião, o presidente da FCS, **Dep. Domingos Sávio (PL/MG)**, destacou a pauta da reunião (o PL nº 5552/2023, Regulamentação do Trabalho aos Domingos e Feriados; e o PL 1725/2024, Programa Acredita no Primeiro Passo e outros). Domingos Sávio mencionou a importância de uma legislação clara para evitar que sindicatos se beneficiem indevidamente em convenções coletivas, principalmente em questões como a remuneração extra por trabalho em feriados.

Em seguida, o **Dep. Luiz Gastão (PSD/CE)** abordou a necessidade de regulamentar o trabalho aos domingos e feriados, argumentando que isso é fundamental para fortalecer o empreendedorismo no Brasil. Ele enfatizou que os acordos coletivos devem regular as questões empresariais relacionadas às escalas de trabalho, defendendo a liberdade para as empresas negociarem essas condições. Gastão informou que está trabalhando no texto do projeto de lei e que as negociações estão em andamento, com a previsão de apresentar o projeto na próxima semana.

Tendo isso em vista, o **Dep. Rafael Pezenti (MDB/SC)** ressaltou que o mundo mudou desde a década de 1960, quando o trabalho aos domingos e feriados era proibido, tanto em pequenos municípios quanto em grandes metrópoles. Ele afirmou que as leis precisavam evoluir juntamente com o mundo que se tem atualmente e que esse projeto de lei que regulamenta o trabalho aos domingos e feriados era uma demonstração de evolução. Sendo assim, sugeriu que o projeto, quando apresentado, seja subscrito por vários autores para ganhar mais força tanto na Câmara quanto no Senado. O **Dep. Luiz Gastão** concordou, mencionando que a FCS e centrais de trabalhadores, junto com deputados da Frente, poderiam coassinar o projeto, e que este poderia ser pautado a qualquer momento no plenário.

Diante disso, **Adriano Marrocos**, representante do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), discutiu a necessidade de modificar o texto do projeto para torná-lo mais específico, especialmente no que se refere aos feriados municipais, que podem impactar as folhas de pagamento e o patrimônio dos empresários. O **Dep. Domingos Sávio** concordou, destacando a importância de aprimorar a lei para evitar problemas com o sindicalismo.

A seguir, o **Sen. Jaime Bagattoli (PL/RO)** enfatizou que a sua maior preocupação é a contribuição sindical, e que os acordos coletivos devem prevalecer.

João Galassi, presidente da União Nacional de Entidades do Comércio e Serviços (UNECS) e da Associação Brasileira de Supermercados (ABRAS), evidenciou a questão da dosimetria das multas, que está em regime de urgência na Câmara, e sugeriu que um dos membros fosse designado para liderar esse projeto. Ele também questionou os senadores sobre a votação da reforma tributária, se esta ocorreria antes ou depois das eleições.

Portanto, dado o questionamento de Galassi, o **Sen. Sérgio Petecão (PSD/AC)** menciona que se tem uma **urgência** em votar o PLP 68/2024. Entretanto, ele afirma que, segundo informações passadas, o projeto poderá ser votado em outubro ou novembro, após as eleições.

Posteriormente, o Dep. Domingos Sávio (PL/MG) voltou a discutir o "*split payment*" da reforma tributária, expressando preocupação com a responsabilidade do crédito e a falta de sistemas automatizados adequados para garantir o pagamento correto. Ele insistiu na necessidade de uma lei sem brechas.

Por conseguinte, após a fala do **Dep. Júlio Lopes (PP/RJ)**, que condenou veementemente a prática de venda de certidões de afastamento de emprego e atestados falsos como crimes que prejudicam a produtividade no Brasil, os deputados retomaram a discussão em torno do "*split payment*", encerrando a reunião em seguida.